




Alentejo
Rua Tenente Raúl Andrade, 3
7000-613 ÉVORA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.alentejo@icnf.pt
 266737370

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão Diretiva da Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Av. Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, 193
7004-514 ÉVORA
VIA PCGT
CC/
ana.rodrigues@rtgeo.pt
aramos@cm-ferreira-alentejo.pt

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-013461/2024	P-050931/2021	Data Infra
Assunto <i>subject</i>			
Análise da tabela de ponderação submetida ao ICNF para parecer, na sequência da reunião de concertação realizada em 19/12/2023			

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência da reunião de concertação realizada em 19/12/2023 e da posterior emissão de parecer do ICNF com a ref.^a S-007434/2024 – Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo_ICNF_concertação_pos2CC, vem a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA) pronunciar-se remetendo, para o efeito, a tabela de ponderação, a qual é objeto de parecer no presente ofício.

II. ANTECEDENTES

Identificámos os seguintes elementos relacionados com o processo em análise - PCGT – ID 102 – Revisão do PDM Ferreira do Alentejo:

- Ofício com a ref.^a S-007434/2024/DR-ALT/DRCNB/DOT, de 13/03/2024.
- Ofício com a ref.^a S-042370/2023/DR-ALT/DRCNB/DOT, de 10/11/2023.
- Ofício com a ref.^a S-011808/2022/DR-ALT/DRCNB/DOT, de 10/09/2015 – Apreciação da Proposta de PDM e restante ordem de trabalhos prevista na alínea a) n.º 1 do art.º 13.º da Portaria n.º 277/2015.
- Ofício com a ref.^a 10639/2020/DR-ALT/DRCNB/DOT- PCGT – Interesses Específicos relativos à Conservação da Natureza e Florestas.
- Ofício com a ref.^a S-051025/2021, de 28/12/2021 (P-050931/2021) - Solicitação de parecer sobre os elementos iniciais. Foi emitido parecer favorável condicionado à inclusão de diversos elementos.
- Ofício com a ref.^a S-007588/2022, de 23/02/2022 (P-050931/2021) - Solicitação de parecer sobre os elementos iniciais - Aditamento - Peixes dulciaquícolas e migradores diádromos



III. ANÁLISE

Após a análise dos elementos submetidos pela equipa, identificados supra, o ICNF analisou a tabela de ponderação, na qual é expressa a posição da CMFA, informando-se V. Exa. do seguinte:

1. 2.a | 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

1.1. Ponderação CMFA:

*“Retiradas as espécies de peixes exóticas da carta de valores naturais. Atualizadas as áreas de *Linaria ricardoi* na Carta de valores Naturais, de acordo com a informação remetida pelo ICNF.”*

1.2. Ponderação ICNF:

A proposta foi acolhida sendo necessário a sua verificação final na carta de Valores Naturais a apresentar.

A proposta retificada deve incluir a informação atualizada sobre a ocorrência da espécie *Linaria ricardoi*, cujas *shapes* anexadas foram enviadas em anexo ao ofício c/ ref.ª S-007434/2024/DR-ALT/DRCNB/DOT, de 13/03/2024.

2. 2.b 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

2.1. Ponderação CMFA:

“Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º.”

2.2. Ponderação do ICNF:

Entende-se ser necessário a verificação das áreas de ocorrência de *Linaria Ricardoi* e das espécies da Lista Vermelha identificadas no concelho na planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica.

3. 2.c 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

3.1. Ponderação CMFA:

“Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º.”

3.2. Ponderação ICNF:

Ver ponderação apresentada para o Art.º 11º.

4. 2.d | 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

4.1. Ponderação CMFA:

“Área de Proteção da Serra do Paço e a delimitação da área de Matos retificada em conformidade com o sugerido.”

4.2. Ponderação ICNF:



A proposta foi acolhida sendo necessário a sua verificação final na Planta de ordenamento – Estrutura Ecológica.

5. 3 a.b.c.e| Classificação e qualificação do solo

5.1. Ponderação CMFA:

“A qualificação do solo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do DR 15/2015, de 19/08, é uma opção de planeamento territorial que estabelece, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência as potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequados à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal.”

Por sua vez, a Estrutura Ecológica Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º mesmo diploma é “constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos” e “incide nas diversas categorias de solo rústico e de solo urbano com um regime de uso do solo adequado às suas características e utilizações, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma.” (n.º 4).

Assim, sendo, atendendo a que o uso dominante das áreas agrícolas integradas na categoria dos Espaços agrícolas é a atividade agrícola, uso que se pretende manter também para as áreas de olival tradicional – as quais também se encontram protegidas por força do regime respetivo, que constitui uma restrição de utilidade pública - e que nessas áreas não foram identificadas espécies protegidas, e que ao mesmo tempo as áreas com presença destas espécies se encontram integradas na EEM, cujo regime garante a sua salvaguarda, a CMFA considera que não se encontra justificada a necessidade de dividir a categoria dos espaços agrícolas em duas subcategorias.”

5.2. Ponderação do ICNF

Sobre a opção da CMFA, em termos de ordenamento, de remeter para a Estrutura Ecológica Municipal a salvaguarda da espécie *Linaria ricardoi* com estatuto de conservação desfavorável, entende-se que é insuficiente para a salvaguarda e proteção da mesma. Embora o n.º 12 do artigo 11.º relativo ao normativo regulamentar proposto para a EEM refira que as áreas de ocorrência de *L. ricardoi* e de outras espécies ameaçadas estão sujeitas a parecer da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, considera o ICNF que estas espécies não estarão salvaguardadas quando ocorrer alteração de uso atual do solo, e, considera ainda que em sede de ordenamento e de planeamento territorial deve ser atendido o facto da proposta apresentada relativa aos Espaços Agrícolas, não dar cumprimento a legislação fundamental, que enquadra os procedimentos de elaboração dos planos territoriais, ou seja:

→ Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de qualificação e categorias do solo rústico, o qual define os Critérios de Classificação e Reclassificação do Solo - Artigo 18.º “2 - Os regimes de uso do solo aplicáveis a estes espaços devem promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade.”



- Não assegura a proteção da espécie *Linaria Ricardoi* (1713*9). Atente-se que a *Linaria ricardoi* é uma espécie protegida pela Legislação Nacional.

Por conseguinte, não se aceita a justificação que refere (...) *que o uso dominante das áreas agrícolas integradas na categoria dos Espaços agrícolas é a atividade agrícola, uso que se pretende manter também para as áreas de olival tradicional – as quais também se encontram protegidas por força do regime respetivo, que constitui uma restrição de utilidade pública (...)* sendo esta uma restrição, apenas, para autorização do abate de oliveiras e não a alteração do sistema tradicional para o intensivo que poderá, eventualmente, ser instalado e contribuir para a eliminação da espécie *Linaria Ricardoi*, sem qualquer impedimento legal. É, ainda, expresso em argumento, que nestas áreas (...) *não foram identificadas espécies protegidas, e que ao mesmo tempo as áreas com presença destas espécies se encontram integradas na EEM, cujo regime garante a sua salvaguarda (...)* o que não corresponde ao verificado na visita de campo efetuada por técnicos da DRCNF-ALT em 27/02/2024. Estes olivais tradicionais (solos básicos não calcários), em Ferreira do Alentejo, albergam uma flora riquíssima e única, encabeçada por uma espécie constante dos anexos II e IV da Diretiva Habitats, *Linaria ricardoi*, que tem neste concelho a sua expressão máxima. Assim, atualmente, o mais significativo fator de ameaça que pende sobre a linária-dos-olivais é a intensificação agrícola.

6. 3 f. | Classificação e qualificação do solo

6.1. Ponderação CMFA:

“Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdicte as práticas agrícolas intensivas.”

6.2. Ponderação do ICNF

No que diz respeito às áreas de ocorrência da *Linaria ricardoi* mantém-se o referido anteriormente, ou seja, entende-se ser necessário a verificação, na planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica, das áreas de ocorrência de *Linaria Ricardoi* e das espécies da Lista Vermelha identificadas no concelho.

Quanto à (...) *obrigação de prever um regime de uso específico que interdicte as práticas agrícolas intensivas (...)*, a proposta não foi acolhida, sendo a justificação apresentada não aceite e não atualizada face aos elementos entregues no parecer com a ref.º S-007434/2024, no que se refere ao levantamento atualizado e confirmado localmente da espécie protegida *Linaria ricardoi*.

7. 3 g. | Classificação e qualificação do solo

7.1. Ponderação CMFA:

“Não se compreende bem o pretendido, mas é aceite a alteração da redação proposta para o artigo 11.º no que respeita aos charcos temporários.”

7.1. Ponderação do ICNF:

Foi acolhida a proposta sendo objeto de verificação no documento final.



8. 3 i. | Classificação e qualificação do solo

8.1. Ponderação CMFA:

“O n.º 3 do DR 15/2015 refere que “As regras de ocupação, transformação e utilização do solo estabelecidas pelo plano territorial para cada categoria e subcategoria, estabelecem o aproveitamento do solo em função do uso dominante da categoria em que se integra, privilegiando este uso, interditando as utilizações que o prejudiquem ou comprometam, e estimulando utilizações complementares e compatíveis que favorecem a multifuncionalidade do uso do solo. As áreas de povoamentos de pinheiros mansos e eucaliptos existentes no concelho não têm expressão territorial para constituírem uma subcategoria de solo autónoma. De qualquer modo, a redação do artigo 53.º do Regulamento sobre os usos dos Espaços florestais refere que os usos dominantes dos Espaços Agrossilvopastoris e dos Espaços Florestais de Reconversão são a atividade agrícola, a atividade silvopastoril e a atividade florestal, ou seja, não coloca em causa a continuidade da função florestal destas áreas, pelo que não se encontra justificada a necessidade de integrar as referidas áreas na subcategoria dos Espaços florestais de produção, já que os usos dos Espaços agrossilvopastoris se encontram adequados também a estas áreas.”

8.1. Ponderação ICNF:

Aceite com reserva a justificação apresentada, atendendo a que “As áreas de povoamentos de pinheiros mansos e eucaliptos existentes no concelho não têm expressão territorial para constituírem uma subcategoria de solo autónoma.”, e ainda, à “(...) redação do artigo 53.º do Regulamento sobre os usos dos Espaços florestais refere que os usos dominantes dos Espaços Agrossilvopastoris e dos Espaços Florestais de Reconversão são a atividade agrícola, a atividade silvopastoril e a atividade florestal, (...)”

9. 5 a. | Proposta de Regulamento

9.1. Ponderação da CMFA:

“Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdicte as práticas agrícolas intensivas.”

9.2. Ponderação do ICNF:

Sobre o referido que o (...) ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, (...) entende-se que a revisão do PDM de Ferreira do Alentejo é um processo ainda em desenvolvimento, o qual não foi ainda objeto de emissão do parecer final. Sendo assim, alerta-se para a necessidade de alteração da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica e a Carta dos Valores Naturais face à atualização da informação anteriormente enviada e que consta do parecer do ICNF com a ref.ª S-007434/2024. (...) Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdicte as práticas agrícolas intensivas. (...), mantém-se o referido anteriormente, ou seja, não é aceite a justificação apresentada uma vez que não são cumpridos/respeitados os diplomas legais relativos ao ordenamento do território. Para além de que remeter para a Estrutura Ecológica Municipal a



salvaguarda da espécie *Linaria ricardoi* com estatuto de conservação desfavorável é insuficiente para a salvaguarda e proteção da mesma, conforme já fundamentado.

10. 5 Proposta de Regulamento. - Regime de preservação dos charcos temporários 1.2.3.4.

10.1. Ponderação da CMFA:

“Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º.”

10.2. Ponderação do ICNF:

Foi acolhida a proposta sendo objeto de verificação no documento final.

11. 13. 5. c 1.2.3. Proposta de Regulamento

11.1. Ponderação da CMFA:

“Mantido o número da fiscalização, mas com alteração na redação.”

11.2. Ponderação do ICNF:

Não aceite o exposto no n.º 6 do Art.º 11.º: *“6 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, a fiscalização do cumprimento do previsto nos dois números anteriores, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.”* Ora, nesta matéria, temos que, designadamente:

a) No Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho (que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), prescreve-se, no seu artigo 40.º, que: *“1 – A verificação do cumprimento do disposto no presente decreto-lei e na legislação em vigor aplicável aos valores naturais classificados pode revestir a forma de:*

a) Fiscalização, a desenvolver de forma sistemática pelas autoridades competentes, no cumprimento da obrigação geral de vigilância que lhes está cometida, e de forma pontual em função das queixas e denúncias recebidas; (...)

2 – A fiscalização compete à autoridade nacional, especialmente através do serviço de vigilantes da natureza, à Guarda Nacional Republicana, especialmente através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), às demais autoridades policiais e aos municípios.”

b) No Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, prescreve-se no seu artigo 21.º, que:

“1 – A fiscalização do cumprimento do disposto no presente diploma e respetiva legislação complementar compete ao ICN, às autarquias locais, às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, ao Instituto da Água, à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, às direcções regionais de agricultura e às autoridades policiais. (...).”

Logo, não pode o Município de Ferreira do Alentejo, ou a sua Câmara Municipal, através deste seu Regulamento do PDM, imputar exclusivamente ao ICNF, IP uma tal competência de fiscalização que, legalmente, também por eles (Município e Câmara) pode e deve ser exercida; ademais, nenhum regulamento pode derogar, alterar ou afastar normas jurídicas hierarquicamente superiores, como o são as supratranscritas daqueles dois decretos-leis.

12. IV. Parecer- 1.9.

12.1. Ponderação da CMFA:

“Não se aceita a introdução da referida nota gráfica na Planta de Ordenamento (geral), depreendendo -se que se refiram à planta de ordenamento – Classificação e



qualificação do solo, na medida em que a Planta de ordenamento – Estrutura Ecológica municipal integra igualmente (como o próprio nome indica) a Planta de ordenamento, a qual, apenas por uma questão de leitura, se encontra desdobrada. Trata-se, no entanto, da planta de ordenamento, elemento constituinte fundamental do Plano.”

12.2. Ponderação do ICNF:

Justificação aceite enquanto o entendimento for o da proposta de Ordenamento incluir a Estrutura Ecológica Municipal. Ressalva-se que a EEM deve ser atualizada face à informação atualizada no que diz respeito às *shapes* enviadas em anexo ao ofício com a ref.^a S-007434/2024.

13. IV. Parecer- 1.10. Retificar as áreas de montado delimitadas que estão já ocupadas por olivais em regime intensivo.

13.1. Ponderação da CMFA:

“A restrição correspondente aos “sobreiros e azinheiras” delimitada na Planta de condicionantes geral foi alterada, tendo sido retiradas as áreas já ocupadas por olivais intensivos.”

13.2. Ponderação do ICNF:

Acolhimento do proposto, com posterior avaliação no documento final.

14. IV. Parecer- 2. Proposta de Alteração do Regulamento

14.1. Ponderação da CMFA:

“Não se aceita com fundamento nos argumentos suprarreferidos e na esteira da anterior ponderação da CM (PDMFA_ICNF_concertação-pos2CC) quanto à proposta de ordenamento. A autonomização de uma subcategoria autónoma com a redação indicada não acrescenta qualquer tipo de proteção adicional às espécies protegidas, já incluídas na EEM e cuja proteção é assegurada pela redação do artigo 11.º.”

14.2. Ponderação ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

15. 2.1.2. Título V – Solo Rústico Capítulo I - Disposições Gerais, Artigo 39.º

15.1. Ponderação da CMFA:

“As áreas de ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável estão integradas na EEM, sendo a respetiva proteção assegurada pelo regime da EEM (artigo 11.º). Tal como referido, não se vê, assim, necessidade ou mais-valia, na criação da subcategoria e do respetivo regime.”

15.2. Ponderação do ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

16. 2.1.3. Artigo 28.º- Usos e atividades interditos

16.1. Ponderação da CMFA:



“Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdite as práticas agrícolas intensivas. Não aceite, portanto.”

16.2. Ponderação do ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

17. 2.2. Para manter a proteção da espécie *Linaria ricardoi* apenas na EEM, a redação do artigo 11.º

17.1. Ponderação da CMFA:

“Aceite as alterações propostas, com exceção da eliminação da norma referente à fiscalização, a qual foi alterada nos seguintes termos (alterações realçadas, incluindo, de entre as que propostas pelo ICNF, as aceites pela CM):

“ 1 – As ocupações e utilizações permitidas na EEM asseguram a compatibilização das funções de proteção, regulação e promoção dos sistemas ecológicos, com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, numa ótica de sustentabilidade do território.

*2 – O regime de uso do solo das áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria espaço, articulado, quando for o caso, **com os regimes legais regulamentares das servidões e restrições de utilidade pública.***

3 – Na EEM são admitidos, sem prejuízo dos regimes aplicáveis, os usos e as ações que contribuam ou não ponham em causa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Salvar os recursos endógenos naturais do território;*
- b) Promover a articulação entre o meio urbano, rural e natural através de corredores verdes;*
- c) Proteger os ecossistemas naturais;*
- d) Preservar pontos de interesse paisagístico;*
- e) Valorizar o património edificado e natural;*
- f) Fomentar as paisagens produtivas;*
- g) Promover a mobilidade sustentável;*
- h) Promover estratégias locais de adaptação às alterações climáticas;*
- i) Promover estratégias locais de redução dos riscos de incidência territorial.*

4 – Na área de proteção da Serra do Paço e nas áreas de Matos, com vista à conservação de espécies da flora ameaçadas descritas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, é interdito:

- a) A desmatção para reconversão, expansão e intensificação agrícola e para infraestruturação;*
- b) A modelação do terreno;*
- c) A destruição ou retirada dos afloramentos rochosos;*
- d) O uso de fitofármacos, nomeadamente herbicidas.*

5 – Nas áreas referidas no número anterior admite-se o pastoreio em regime extensivo e o corte mecânico, sem mobilização de solo, de modo a travar a progressão sucessional.

6 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, a fiscalização do cumprimento do previsto nos dois números anteriores, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.



7 – Nas áreas referidas no n.º 4, a alteração do uso do solo nos prédios onde ocorra a espécie *Linaria Ricardo*, ou outras espécies da flora ameaçadas e nos charcos temporários, carece de autorização da autoridade nacional para a conservação da natureza.

8 – Nos Charcos Temporários identificados na Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal, é assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das atividades humanas com a respetiva conservação, com vista à adequada proteção das espécies aí presentes.

9 – Nas áreas referidas no número anterior, bem como nas suas zonas envolventes, até 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento dos Charcos, são interditos os seguintes atos e atividades:

- a) As operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total);
- b) As mobilizações profundas, para impedir a destruição da estrutura vertical do solo;
- c) As práticas agrícolas intensivas, como a rega e descargas do sistema de rega e a aplicação de fitofármacos;
- d) A plantação de espécies arbóreas, com particular destaque para o eucalipto;
- e) A deposição de entulhos, resíduos ou terras que possam alterar a orografia do terreno;
- f) As obras de construção de edificações e de caminhos agrícolas, rurais, florestais ou aceiros;
- g) A realização de atividades de lazer motorizadas;
- h) O acesso do gado aos charcos, na época de encharcamento.

10 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, em especial da Câmara Municipal quanto à alínea f) do número anterior, a fiscalização do cumprimento do previsto no número anterior, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.

11 – Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT próximo, as ações de arborização ou rearborização integram apenas espécies autóctones e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo ou que alterem o perfil da margem.

12 – Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT afastado, as ações de arborização ou rearborização integram espécies autóctones numa área mínima de 20 % da área da unidade de gestão a intervencionar e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo.

13 – Nas áreas abrangidas pelos corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT, aplicam-se as normas respeitantes às funções de proteção e conservação previstas no PROF ALT.

14 – Os corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT são, ainda, objeto de tratamento específico no âmbito de planos de gestão florestal, de acordo com o previsto naquele programa.

15 – A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização da autoridade nacional para a conservação da natureza, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo EFMA, é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A..”

17.1. Ponderação do ICNF:

Foi acolhido, sendo de efetuar a respetiva verificação no documento final.

18. 2.2.2. Entre o artigo 27.º e o artigo 28.º, sugere-se a inclusão de um artigo 27.º-A, sob a epígrafe de “Condições especiais de utilização do solo rústico”, do seguinte teor (...)



18.1. Ponderação da CMFA:

“Não aceite, porquanto os n.ºs 1 e 2 repetem o atual n.º 15 do artigo 11.º e o n.º 3 não acrescenta nada, uma vez que os valores naturais estão identificados na EEM – Planta de ordenamento, a qual constitui elemento constituinte fundamental do Plano e disponível no site da CM e da DGT. Não se verifica a necessidade de disponibilizar a carta dos valores naturais no sítio da internet da CMFA, dado que constam da Planta da EE e é em sede de PDM que, a nível municipal, esta informação deve ser constar.”

18.1. Ponderação do ICNF:

Não foi acolhida a sugestão, sendo da responsabilidade do município a divulgação, junto do cidadão, de informação considerada relevante no âmbito do PDM em causa.

19. 2.2.3. Artigo 28.º - Usos e atividades interditos (...)

19.1. Ponderação da CMFA:

“Não aceite, porquanto os n.ºs 1 e 2 repetem o atual n.º 15 do artigo 11.º”

19.1. Ponderação do ICNF

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

20. 2.2.4. No artigo 62.º(...)

20.1. Ponderação da CMFA:

“Alterada a redação:

«No plano de água da Albufeira de Odivelas todos os usos e atividades estão sujeitos a parecer da autoridade de recursos hídricos, de acordo com a legislação em vigor, sem prejuízo das competências da autoridade nacional de conservação da natureza em matéria de pesca e aquicultura nas águas interiores.» Nos termos da alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, o conceito de Aquicultura engloba a cultura de organismos aquáticos, nomeadamente peixes, pelo que não se explicita a piscicultura. Regista-se a observação quanto à identificação da autoridade de recursos hídricos, o que não se efetua dada a mutação inerente às alterações orgânicas e de designação das entidades públicas.”

20.2. Ponderação do ICNF:

Foi acolhida e aceite a justificação.

IV. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo de futuras apreciações técnicas a efetuar em função de novos elementos que venham a ser disponibilizados para parecer, emite-se parecer favorável condicionado à retificação e ao aprofundamento dos elementos expressos no ponto - III. Análise. Ressalva-se que o presente parecer foi emitido tendo como base apenas a apreciação da tabela de ponderação remetida pela CMFA, sendo que não foram apresentados os inerentes elementos a alterar no PDMFA.



É, ainda, de referir o nosso alerta para as eventuais consequências relativamente ao não acolhimento das recomendações sobre a subdivisão dos Espaços Agrícolas em função da ocupação do solo atual (olivais tracionais e outras áreas) e à presença de espécies da flora legalmente protegidas, e à intensificação agrícola.

Mais se informa, que estaremos disponíveis para prestar os esclarecimentos adicionais que entendam necessários.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

Olga Martins

AP/CC/PC/RR

Documento processado por computador, nº S-013461/2024